

COMPROMISSO ÉTICO NA ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E SAÚDE

Daniela Ponciano Oliveira¹;

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará.

<http://lattes.cnpq.br/7531937422853096>

Ingrid Mesquita Rodrigues²;

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará.

<http://lattes.cnpq.br/1829584670410337>

Robenilson Moura Barreto³;

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará.

<http://lattes.cnpq.br/6276223072551819>

Renan Mota Silva⁴.

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará.

<http://lattes.cnpq.br/7628646267977823>

RESUMO: A atuação em políticas públicas representa um desafio para a Psicologia, cujo papel inclui trabalhar com indivíduos e sociedade para promover saúde e bem-estar. Como ciência e profissão, a Psicologia tem sido chamada ao engajamento mais efetivo em políticas públicas. Diante disso, o objetivo desse texto é discutir a atuação da psicologia nas políticas públicas de inclusão e saúde, por meio de uma revisão narrativa. Como resultado, apontamos para a contribuição da Psicologia para as políticas de inclusão ao fornecer referenciais que auxiliam na compreensão da subjetividade como o resultado de um processo que se manifesta no indivíduo, mas que é construído nas e pelas interações sociais. Em relação às políticas públicas de saúde, observa-se um avanço da Psicologia na atuação junto ao SUS. Isso se deve à formulação de propostas que visam garantir a cidadania e os direitos humanos na gestão de serviços de saúde, na elaboração de dispositivos de cuidado, afinal, a eficácia da Psicologia está relacionada ao papel que as práticas psicológicas desempenham no âmbito social. Por fim, conclui-se que a relação entre a Psicologia e as políticas públicas é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia. Inclusão. Saúde. Políticas Públicas.

ETHICAL COMMITMENT IN THE PERFORMANCE OF PSYCHOLOGY IN PUBLIC INCLUSION AND HEALTH POLICIES

ABSTRACT: Working in public policies represents a challenge for Psychology, whose role includes working with individuals and society to promote health and well-being. As a science and profession, Psychology has been called upon to engage more effectively in public policies. Therefore, the objective of this text is to discuss the role of psychology in public inclusion and health policies, through a narrative review. As a result, we point to the contribution of Psychology to inclusion policies by providing references that help in understanding subjectivity as the result of a process that manifests itself in the individual, but which is constructed in and through social interactions. In relation to public health policies, there is an advance in Psychology in its work with the SUS. This is due to the formulation of proposals that aim to guarantee citizenship and human rights in the management of health services, in the elaboration of care devices, after all, the effectiveness of Psychology is related to the role that psychological practices play in the social sphere. Finally, it is concluded that the relationship between Psychology and public policies is fundamental for the construction of a more fair and equitable society.

KEY-WORDS: Psychology. Inclusion. Health. Public policies.

INTRODUÇÃO

A atuação em políticas públicas representa um desafio para qualquer área do conhecimento, ainda mais no Brasil, um país com grande extensão territorial e complexidade. Isso se aplica também à psicologia, cujo papel inclui trabalhar com indivíduos e a sociedade para promover saúde e bem-estar. Como ciência e profissão, a psicologia tem sido chamada a responder a diversos desafios contemporâneos, sendo um deles o engajamento mais efetivo em políticas públicas.

Durante muitos anos, a atuação política das(os) psicólogas(os) foi predominantemente focada em abordagens que individualizavam os sintomas e patologizavam questões sociais. Essas ações eram frequentemente descontextualizadas, superficiais e desligadas da dimensão coletiva e política dos indivíduos que buscavam ajuda. De acordo com Gonçalves (2010) nas décadas de 1960 e 1970, a Psicologia tendia a ser elitista e possuía recursos limitados para analisar e interpretar o cenário institucional e político nos contextos em que atuava.

Durante a década de 1980, houve um movimento de aproximação da Psicologia com o compromisso social, evidenciado pela expansão de ações e pesquisas direcionadas à comunidade, aos problemas sociais e à necessidade da Psicologia de se posicionar de forma mais ativa enquanto ciência e profissão. Na década de 1990, começou a ficar evidente que a Psicologia precisava redefinir sua posição social, adotando uma nova

postura e reconhecendo a urgência de desenvolver um projeto que organizasse a categoria e influenciasse a formação, a pesquisa e os espaços de produção da área, com foco na defesa das políticas sociais (Gonçalves, 2010).

A Constituição de 1988 (Brasil, 1988) foi um marco para reconhecimento da cidadania e serviu de base para a ampliação das possibilidades de práticas da Psicologia junto a grupos populacionais anteriormente excluídos. Isso desencadeou uma série de novas questões, inclusive do ponto de vista formativo, para a realização de novas intervenções e sua reinvenção nos diversos contextos populacionais. Para o profissional, a reflexão passa a atravessar sua própria prática: pensar em sua atuação política e seu papel perante a sociedade, em defesa da cidadania e dos direitos humanos, tornou-se essencial para lidar com a complexidade das realidades abordadas nesse movimento.

Desse modo, é fundamental que a Psicologia se afirmar enquanto ciência que é política, vez que não há neutralidade nas práticas psicológicas e, tampouco, nas científicas. Guiados por essa compreensão, Hur e Lacerda (2017), apontam os posicionamentos e práticas do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e da própria Instituição Psicologia como argumento de sua inserção e contribuição nas políticas públicas e em especial nas políticas de inclusão. De acordo com os autores, desde o início da década de 1980, o CFP e o Sistema-Conselhos de Psicologia perceberam que suas práticas não deveriam ficar restritas à normatização do exercício profissional. Também deveriam atingir as questões sociais e políticas do país, tendo em vista a luta pela democratização dos processos sociais e políticos. Citam ainda que, nos anos 1980, o CFP lutou pelos direitos humanos e pela democracia, equidade e igualdade. Na década de 1990, levantou o lema da “Psicologia e o compromisso social”. Desde os anos 2000, adotou como bandeira a atuação da Psicologia nas políticas públicas. Esses posicionamentos e práticas resultaram na constituição de uma Psicologia plural que tem um lugar de destaque nas políticas sociais e que assume um compromisso pela mudança e transformação social.

Reflexões sobre a prática das psicólogas no campo social realizadas pelos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia no Brasil resultaram na criação do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), inaugurado em 2006. De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2005a), uma das principais funções do Crepop é identificar e sistematizar boas práticas e torná-las referências para o fazer profissional de quem está começando a atuar com temas relacionados às políticas públicas, bem como para o preparo de futuros psicólogos, que devem vir para o mercado profissional cientes da realidade e dos desafios que os esperam.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2005a, p. 127), o Crepop:

[...] deve fazer, permanentemente, um esforço de identificar as práticas dos psicólogos no interior das políticas públicas, práticas estas que estão dispersas, desorganizadas ou são eventuais e convocar os seus protagonistas, ou seja, aqueles psicólogos que são pioneiros ou que estão respondendo por essa prática, no sentido de que eles se organizem para produzir referências sobre essa atuação, para que depois possam ser documentadas e possam ser colocadas à disposição daqueles que as necessitam.

Ademais, a criação do CREPOP destacou ainda mais a necessidade de preparar profissionais para atuar no campo das políticas públicas, desse modo, o CREPOP tem como objetivo identificar práticas relevantes na área das políticas públicas, sistematizando e documentando essas práticas para disponibilizá-las à sociedade (CFP, 2009). A meta é a produção de informação qualificada, capaz de ampliar a capacitação dos psicólogos na compreensão das políticas públicas de modo geral e a compreensão teórico-técnica do processo de elaboração, planejamento, execução das políticas públicas nas diversas áreas específicas: saúde, educação, Assistência Social, criança e adolescente e outras (Calil Stamato, 2016).

Nesse contexto, pode-se citar ainda, os próprios princípios fundamentais da profissão, dispostos no código de ética profissional do psicólogo (2005b), pois são argumentos para esse compromisso ético-político do psicólogo alinhado às políticas públicas inclusivas. Como pode ser observado a seguir:

I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural (CFP, 2005b, p.7).

Tendo em vista esses fundamentos, Galeano (2021) afirma que a atuação da Psicologia no campo das políticas públicas traz uma grande oportunidade de ampliação e aprimoramento enquanto ciência e profissão, e de solidificação do papel da psicóloga de agente de transformações individuais e coletivas. De acordo com Lemos et al. (2022) a Psicologia, ao se movimentar no campo das políticas públicas, faz funcionar arranjos do cuidado com o outro que confrontam incessantemente operações que reificam as singularidades, esvaziam de sentido as dores e anseios dos sujeitos ao rotular tudo como

vulnerabilidade.

No IV Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas (2019), foi reafirmado que a atuação da Psicologia nas políticas públicas deve promover um espaço potente de intervenções transversalizadoras de práticas sociais. Assim, a defesa das políticas públicas e o enfrentamento das desigualdades sociais fazem parte do compromisso social da Psicologia, pois tais políticas são espaços potentes para a garantia e o fortalecimento dos direitos humanos. Do contrário, os impactos psicossociais dos desmontes na subjetividade da população brasileira, assim como o sofrimento político gerado pela falta de acesso aos direitos sociais ascenderão a níveis ainda maiores (CFP, 2019).

OBJETIVO

Discutir a atuação da psicologia nas políticas públicas de inclusão e saúde.

METODOLOGIA

Para o alcance do objetivo, a metodologia deste trabalho refere-se a uma pesquisa bibliográfica de revisão narrativa, tendo em vista que foi investigado na literatura informações relevantes sobre o tema proposto. A revisão narrativa, conforme Rother (2021), é adequada para descrever e discutir o desenvolvimento de um tema específico sob uma perspectiva teórica e contextual. Para isso, foi realizada uma busca bibliográfica em livros e artigos sobre psicologia e as políticas públicas de inclusão e saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante dos resultados encontrados e da literatura analisada, a discussão dessa pesquisa foi dividida em dois tópicos aprofundados ao longo do texto: Psicologia e políticas públicas de inclusão e Psicologia e políticas públicas em saúde.

Psicologia e políticas públicas de inclusão

Os espaços sociais foram construídos com base na ideia de normalidade. Esses espaços não consideram a diversidade humana, os diferentes modos de ser/estar no mundo, e assim, os indivíduos que dissidem das normas são marginalizados e impedidos da plena participação social. A inclusão, nesse cenário, surge como um movimento social e político que atua como um conjunto de medidas direcionadas a indivíduos excluídos do meio social, seja por alguma deficiência física ou mental, raça, orientação sexual, gênero, classe social etc. O objetivo dessas ações é possibilitar que todos tenham acesso aos seus direitos sociais.

No Brasil, a inclusão social ocorre principalmente por meio das políticas públicas. Secche e Coelho (2020), entende a política pública (*public policies*) como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. É a partir desse entendimento que o autor argumenta que as políticas públicas possuem dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público. E, uma vez que se origina dessa necessidade de respostas aos problemas sociais, deve refletir soluções às necessidades da coletividade.

A relação entre os direitos sociais e as políticas públicas orientam práticas de efetiva valorização da democracia. Nesse sentido, as políticas públicas de inclusão surgem com o objetivo de garantir os direitos constitucionais de grupos marcados por diferenças específicas. A situação desses grupos é entendida como socialmente vulnerável, seja devido a uma história explicitamente marcada pela exclusão, seja devido à permanência de tais circunstâncias (Secche; Coelho, 2020).

Calil Stamato (2016) argumenta que as políticas públicas possuem uma dimensão subjetiva, pois para serem eficazes, devem considerar a singularidade dos indivíduos a quem se destinam, bem como os aspectos sócio-históricos da produção social humana. Segundo a autora, o papel da Psicologia nas políticas públicas está justamente ancorado nessa dimensão subjetiva. Ao resgatar a subjetividade como um elemento essencial para superar a condição de exclusão, a Psicologia ajuda a assegurar o princípio da equidade e o respeito às especificidades, que são fundamentais para orientar as políticas públicas.

Um conceito fundamental para essa discussão diz respeito ao sofrimento ético-político. De acordo com Sawaia (2005), o sofrimento experimentado pelo indivíduo, que tem sua raiz na situação social, é definido como sofrimento ético-político. Para a autora, o sofrimento vivenciado pelo excluído evidencia como a lógica excludente atua no nível do indivíduo e determina sua subjetividade, por meio da internalização da desvalorização, da desqualificação e da falta de legitimidade social.

Neste contexto, segundo Callil Stamato (2016), a análise do sofrimento associado à exclusão possibilita o resgate do indivíduo. Por essa razão, é fundamental que a Psicologia contribua para as políticas públicas. Além disso, de acordo com a autora, a contribuição da Psicologia para as políticas de inclusão é relevante ao fornecer referenciais teóricos que auxiliam na compreensão da subjetividade como o resultado de um processo que se manifesta no indivíduo, mas que é construído nas e pelas interações sociais, inseridas em espaços sociais compostos por diferentes subjetividades.

O ponto de intersecção entre essas duas áreas, Psicologia e Política, que culminou na área da “psicologia política”, coloca o desafio de pensar conflitos sociais e comportamentos políticos, unindo fatores de ordem social, política e psicológica (Gonçalves, 2010). A psicologia e em especial a psicologia política apontam para uma importante questão ao alegarem que o comportamento político é complexo e não deve ser explicado apenas pelos fatores sociais. É necessário considerar os processos psicológicos que afetam o comportamento político.

No entanto, para um compromisso com as políticas públicas inclusivas é necessário que as psicólogas façam a autoanálise de suas práticas profissionais, para que desse modo não fiquem alheios aos principais acontecimentos sociais e políticos que fraturam a sociedade brasileira. Pensando essa autoanálise, Hur e Lacerda (2017) elencam questionamentos fundamentais: Suas práticas incitam processos de potencialização da vida, ou opressores, normatizadores e despotencializadores? Favorecem as minorias privilegiadas ou as maiorias desfavorecidas socialmente? Beneficiam o chefe, o empresário, ou os trabalhadores? Fomentam relações democráticas ou autoritárias?

Se por um lado a práxis psicológica pode promover emancipação e transformação, por outro pode reafirmar as estigmatização, disciplinarização, opressões, violências etc. Barembliitt (2002) em sua clássica obra “Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática” argumenta que os experts, profissionais que são os conhecedores das estruturas e processos sociais, têm se colocado, em geral, a serviço das entidades e das forças que são dominantes na sociedade. O autor faz um convite para que os profissionais se aproximem das “comunidades” para que seja possível pensar práticas contextualizadas, o que favorece a materialização das políticas públicas de inclusão.

A psicologia não poderá contribuir efetivamente para as políticas públicas inclusivas do “alto de suas torres de marfim”. Desse modo, o diálogo com os indivíduos marginalizados é imprescindível para uma contribuição ética, crítica e sensível às demandas sociais. Para isso, a Psicologia precisa revisar seu lugar na qualidade de ciência comprometida com o social e superar referências teóricas que universais, naturalizadas e padronizadas sobre os indivíduos e suas subjetividades, incapazes de dar conta dos fenômenos presentes no campo das políticas públicas.

Psicologia e políticas públicas em saúde

Em relação ao desenvolvimento das políticas públicas de Saúde, observa-se um avanço crescente da Psicologia na sua atuação junto ao Sistema Único de Saúde (SUS). Isso se deve à formulação de propostas que visam garantir a cidadania e os direitos humanos na gestão de serviços, na formação ligada a práticas públicas, na geração de conhecimentos, na promoção da saúde, na construção da atenção e do cuidado integrais, na elaboração de dispositivos de cuidado, bem como na participação em conselhos de Saúde, audiências públicas, encontros e conferências setoriais. Afinal, a eficácia da Psicologia como parte das políticas públicas de Saúde está relacionada ao papel que as práticas psicológicas desempenham seu projeto como uma profissão voltada para o interesse social (Giovanella, et al. 2012).

A atuação da Psicologia no SUS envolve enfrentar as questões da subjetividade na contemporaneidade, além da produção de subjetividade e suas respectivas políticas. Sua abordagem deve ser direcionada para a intersecção de diferentes disciplinas, com o objetivo de superar os modelos institucionalizados, e assumir em sua constituição a

necessidade do envolvimento do profissional da psicologia em processos de elaboração e de implementação de políticas visando o fortalecimento de sistemas de Saúde. É neste contexto que a interação da Psicologia com o domínio público precisa expandir-se, ganhar força e oferecer o conhecimento de suas práticas como base para a formulação e adesão a políticas de Saúde que estejam comprometidas com a preservação de direitos (Gonçalves, 2010).

Cabe aqui ressaltar, a subárea da Psicologia da Saúde, um campo em constante crescimento que tem oferecido uma contribuição significativa às políticas públicas. Essa área foi formalmente estabelecida apenas em 1980, sendo definida como um conjunto de “contribuições profissionais, científicas e educacionais da Psicologia” voltadas para a promoção e manutenção da saúde, prevenção e tratamento de doenças, bem como a identificação dos fatores etiológicos e diagnósticos relacionados à saúde, doenças e disfunções associadas. Além disso, visa aprimorar os sistemas de saúde e desenvolver políticas de saúde eficazes (Straub, 2014).

Desde sua criação, a área da Psicologia da Saúde já incorpora a necessidade de envolvimento da psicóloga nos processos de elaboração e implementação de políticas voltadas para o fortalecimento dos sistemas de Saúde. Isso evidencia uma mudança de postura em relação às décadas anteriores, que buscavam a neutralidade, em favor de uma abordagem política que busca intervir diretamente na realidade por meio do compromisso com as políticas públicas. Portanto, uma das contribuições significativas da psicologia da saúde é enfatizar a importância de entender a saúde como um processo influenciado pelo contexto social, pelas diversas necessidades e pelos processos individuais que se entrelaçam nessa experiência.

Diante disto, de acordo com Gonçalves (2010) é importante ampliar o desenvolvimento de pesquisas e produção científica que espelhem o crescente interesse pela atuação do psicólogo da saúde no eixo de intervenção voltado para o melhoramento do sistema de saúde e formulação de Políticas Públicas. Atualmente, observa-se um crescente avanço da Psicologia na atuação junto ao Sistema Único de Saúde (SUS), focado na formulação de propostas que visam garantir a cidadania e os direitos humanos na gestão de serviços, na formação alinhada às práticas públicas, na geração de conhecimento, na promoção da saúde, na construção de uma atenção e cuidado integrais, na criação de dispositivos de cuidado, e na participação em conselhos de Saúde, encontros e conferências setoriais (Spink, 2007).

Nos últimos anos, o desenvolvimento das práticas psicológicas nas políticas públicas de Saúde aproximou a Psicologia de seu compromisso social, com uma presença marcante na produção e participação em movimentos de lutas sociais e políticas, como na Luta Antimanicomial, na construção de serviços substitutivos, na análise e intervenção em saúde no contexto da relação saúde-trabalho, entre outros, consolidando experiências significativas por todo o Brasil.

Desse modo, é indiscutível que a Psicologia da saúde tem fortalecido as articulações na Atenção Básica, na Promoção de Saúde e na Saúde Mental; além de compartilhar a responsabilidade na construção e consolidação de práticas intersetoriais que promovem a inclusão, a cidadania e o respeito aos direitos humanos. Nesse contexto, a interação da psicologia da saúde com o SUS ocorre por meio deste elo: os processos de subjetivação ocorrem em um âmbito coletivo, um campo de multiplicidades e de domínio público, e o SUS, como uma conquista da população brasileira e da humanidade, se estabelece como uma política pública de saúde (Guareschi, 2014).

No contexto da promoção da saúde, as práticas da Psicologia desempenham um papel fundamental na promoção e manutenção da saúde, além da prevenção e tratamento de doenças, influenciando diretamente a percepção de saúde. É importante destacar que a Promoção da Saúde está envolvida em um processo de capacitação da comunidade, que vai além da prevenção e busca integrar saúde e bem-estar de forma geral. Suas estratégias visam melhorar as condições de vida biopsicossociais, e a responsabilidade pela promoção do bem-estar universal deve ser compartilhada por diversos setores da política.

A Psicologia pode contribuir para a Política de Promoção da Saúde por meio do cuidado, da humanização e da qualificação da atenção à saúde, além de sua ligação com a prática educativa. O SUS defende que as ações dessa política devem ser direcionadas para a melhoria da qualidade de vida. Na Atenção Básica, essas ações muitas vezes são responsabilidade dos psicólogos e devem buscar a autonomia dos indivíduos e das comunidades, além de fomentar soluções coletivas e solidárias para problemas que são coletivos e sociais. Dessa forma, essas ações têm como objetivo aprimorar as condições de vida, sustentando-se pela articulação intersetorial e pela garantia do direito à saúde.

Além disso, a Psicologia também desempenha um papel importante na promoção da equidade e no combate às desigualdades em saúde. Neste sentido, Gonçalves (2010) aponta que os profissionais de Psicologia podem contribuir para a identificação de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade; no desenvolvimento de estratégias de intervenção que levem em consideração as especificidades de cada contexto social e cultural; na humanização e na qualificação da atenção à saúde, e estabelecer possibilidades crescentes de saídas coletivas e solidárias para problemas que também são coletivos. Nesse sentido, essas ações visam à melhoria das condições de vida, e se sustentam pela articulação intersetorial e a consecução do direito à saúde.

É importante destacar que a psicologia da saúde deve incorporar em sua essência a necessidade de envolvimento na formulação e implementação de políticas que visem ao fortalecimento dos sistemas de Saúde. A atuação profissional deve voltar-se para o campo das interfaces disciplinares, com o objetivo de romper com os modelos institucionalizados. Neste contexto, a relação da Psicologia e políticas públicas em saúde deve continuar evoluindo, se fortalecendo e disponibilizando o conhecimento de suas práticas como referências na elaboração e adesão às políticas de Saúde comprometidas com a garantia

de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse entendimento, parte-se do pressuposto de que a atuação da psicologia junto às políticas públicas tem como enfoque a garantia dos direitos humanos e deve promover a potencialização dos sujeitos. Para tanto, defende-se o rompimento com as práticas assistencialistas e medicalizantes, promotoras de processos de exclusão/inclusão social perversa e do sofrimento ético-político. Dessa maneira, a relação entre a Psicologia e as políticas públicas é fundamental para a manutenção de uma sociedade mais justa, democrática e equitativa.

Cabe ressaltar que a Psicologia também desempenha um papel importante na formulação, implementação e avaliação dessas políticas, de modo a contribuir para o entendimento das necessidades dos sujeitos em sofrimento emocional em diferentes contextos sociais e culturais, promovendo a igualdade de oportunidades, o bem-estar das pessoas e a redução das desigualdades sociais. Por fim, considera-se que, políticas públicas de inclusão e saúde, permitem o acesso e a permanência dos sujeitos marginalizados nos diferentes espaços sociais, sem discriminações.

REFERÊNCIAS

BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**. Instituto Félix Guattari, 2002.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CALIL STAMATO, Maria Izabel. Exclusão social e subjetividade: o papel da Psicologia na política de assistência social. *In*: CALIL STAMATO, Maria Izabel; VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto; LEMOS, Daisy Inocência Margarida (org.). **Psicologia e políticas públicas: reflexões e experiências**. Santos (SP) : Editora Universitária Leopoldianum, 2016. p. 11-30.

CFP, Conselho Federal de Psicologia. Banco Social de Serviços. Relatório Final. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005a.

CFP, Conselho Federal de Psicologia. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. 2005.

CFP, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) 2009. <http://crepop.pol.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=31>

CFP, Conselho Federal de Psicologia. IX Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas: Psicologia Na Defesa Das Políticas Públicas, 2019.

GIOVANELLA, L. et al.(Orgs.). Políticas e sistemas de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, 2012.

GALEANO, Giovana Barbieri et al. Psicologia, Políticas Públicas e processos de subjetivação: enfrentamentos em tempos urgentes. **Arquivos brasileiros de psicologia. Rio de Janeiro. Vol. 73, n. 1 (jan./abr. 2021), p. 87-103, 2021.**

GUARESCHI, N. Psicologia, formação política e produção em saúde. Rio Grande do Sul: EDIPUCRS, 2014.

HUR, Domenico Uhng; LACERDA, Fernando. Psicologia e Democracia: Da ditadura civil-militar às lutas pela democratização do presente. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 3-10, 2017.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira, et al. **Psicologia Social e Política de Assistência Social: Territórios, Sujeitos e Inquietações**. Editora Appris, 2022.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x Revisão narrativa. Rev. **Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo**, v. 20, n. 2, 2021.

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader Burihan (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: editora Vozes, 2005. p. 97-118.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, 3ª edição**. Cengage Learning, 2020.

SPINK, Mary Jane Paris. **Psicologia em diálogo com o SUS**. Casa do Psicólogo, 2007.

STRAUB, Richard O. **Psicologia da saúde: uma abordagem biopsicossocial**. Artmed Editora, 2014.